



- REQUERIMENTO Número /x (.^a)
- PERGUNTA Número 1231 /x (4^a) .^a)

Expeça-se

Publique-se

13/2/2009

O Secretário da Mesa

Rosário Rebelo

Assunto: Situação na Empresa Santa Marta, Indústria de Vestuário

Destinatário: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Na empresa Santa Marta, Indústria de Vestuário, Lda., situada em Penafiel, tem ocorrido atropelos sucessivos da legislação laboral, com a entidade patronal a tentar impor regras inadmissíveis que muito têm provocado a justa indignação e repulsa das trabalhadoras e trabalhadores da empresa.

De facto, e de forma totalmente arbitrária, a gerência desta empresa tem procurado impor a fixação de metas individuais de produção que, caso não sejam cumpridas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, provocam cortes nos salários dos funcionários considerados "incumpridores".

Esta é uma prática que consideramos ilegal e arbitrária, que merece e justifica pública denúncia e que deveria aliás já ter motivado a intervenção dos inspectores da Autoridade para as Condições de Trabalho (Inspeção de Trabalho), o que, ao que parece, ainda não aconteceu.

Aliás, e para além desta inqualificável medida, a entidade patronal da Empresa Santa Marta, Indústria de Vestuário, (ao que entretanto apuramos através de informação directa das trabalhadoras e trabalhadores da firma a membros do PCP que distribuíam um comunicado partidária às portas da empresa), tem igualmente exercido pressões inqualificáveis sobre alguns dos trabalhadores, incluindo ameaças de despedimento.

Tal como temos denunciado, esta atitude prepotente e inaceitável ocorrida em Penafiel, vem afinal confirmar a existência de muitas entidades patronais que estão a aproveitar o pretexto da crise para exercerem chantagens e pressões sobre os trabalhadores, impondo cortes brutais nos salários já muitíssimo baixos dos trabalhadores, reduções nos dias de trabalho prestados ou, como é aqui o caso, ritmos de trabalho e metas de produção inteiramente ilegais.

Perante o que aqui fica descrito, importa que a Autoridade para as Condições de Trabalho intervenha com



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

urgência e eficácia na Santa Marta, Indústria de Vestuário, Lda. Razão pela qual, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, se solicita ao Governo que por intermédio do **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**, responda às seguintes perguntas:

1. Perante o que fica dito, nomeadamente a tentativa em curso de impor metas de produção com penalização salarial aos trabalhadores que não os cumpram, o que pensa o Ministério e a ACT fazerem, e quando, para impedir a concretização desta medida arbitrária?
2. E quanto às pressões e ameaças de despedimento que tem vindo a ser exercidas pela entidade patronal sobre as trabalhadoras e trabalhadores da Santa Marta, Indústria de Vestuário, e por eles denunciadas a membros do PCP junto às portas da empresa, como vão proceder o Governo e a ACT para reporem a normalidade e a legalidade no funcionamento desta empresa?
3. Que vai fazer afinal o Governo para que a democracia e o respeito pela dignidade dos trabalhadores seja garantida na Santa Marta, em Penafiel?

Palácio de São Bento, 13 de Fevereiro de 2009.

O Deputado:

(Honório Novo)